



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MSP - POLÍCIA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL - CAOP/DIREX/PF

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO SRP**

Processo nº 08211.005708/2019-00

**1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de EPI (equipamentos de proteções individuais) que envolvem trajes de voos e uniformes operacionais para atender às necessidades do COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL DA POLÍCIA FEDERAL (CAOP/DIREX/PF), conforme condições, quantidades e exigência estabelecidas neste instrumento e de acordo especificações técnicas no ANEXO I.

GRUPO	ITEM	Descrição	Quantidade CAOP	Quantidade DF (UASG 925041)	Quantidade Máxima PRF	Quantidade TOTAL	Valor unitário Máx. de Referência R\$	Valor Total CAOP	Valor total Máx. Referência
1	1	Combat Shirt verde (sage green) FR	170	30	---	200	1.234,90	209.933,00	246.980,00
	2	Calça de Combate verde (sage green) FR	170	15	---	185	1.814,80	308.516,00	335.738,00
	3	Gandola verde (sage green) FR	80	---	---	80	1.554,25	124.340,00	124.340,00
2	4	Combat Shirt Multicam (FR)	751	---	1600	2351	1.412,40	1.060.712,40	3.320.552,40
	5	Calça de Combate Multicam (FR)	751	---	1600	2351	1.994,80	1.498.094,80	4.689.774,80
	6	Gandola Multicam (FR)	751	---	800	1551	1.734,25	1.302.421,75	2.689.821,75
---	7	Luvas de voo "touchscreen"	57	---	---	57	465,00	26.505,00	26.505,00
TOTAL								<b>4.530.522,95</b>	11.433.711,95

1.2. Conforme art. 3º, V, da Portaria nº 249/2012 MPOG trata-se de atividade de custeio os equipamentos, que neste caso são de proteções individuais e de extrema necessidade para segurança nas operações das aeronaves.

1.3. *Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).*

<b>Órgão Gerenciador: COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL UASG 200334</b>			
<i>item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>Quantidade total</i>
1	Combat Shirt verde (sage green) FR	unidade	152
2	Calça de Combate verde (sage green) FR	unidade	152
3	Gandola verde (sage green) FR	unidade	74
4	Combat Shirt Multicam (FR)	unidade	751
5	Calça de Combate Multicam (FR)	unidade	751
6	Gandola Multicam (FR)	unidade	751
7	Luvas de voo "touchscreen"	unidade	47

<b>Órgão Participante: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO UASG 925041, Endereço: Ed. Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Sala 500, Brasília- DF; contato responsável: Whesley, telefone: 61 3313-8165</b>					
<i>item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISICÃO MÍNIMA</i>	<i>REQUISICÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>
1	Combat Shirt verde (sage green) FR	unidade	----	30	30
2	Calça de Combate verde (sage green) FR	unidade	----	15	15

**Órgão Participante: POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL UASG 200109, Endereço: COE- RSGON, Qd 05, Lote 15/18, Setor Complementares, Asa Norte - Brasília/DF - CEP 70.610.650 de Segunda a Sexta-feira das 08h00 às 17h00**

<i>item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISIÇÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>
4	Combat Shirt Multicam (FR)	unidade	1600	1600
5	Calça de Combate Multicam (FR)	unidade	1600	1600
6	Gandola Multicam (FR)	unidade	800	800

1.4. Não haverá cota reserva conforme art. 8º do Decreto nº 8538/2015 devido à necessidade de padronização do material empregado na confecção. Por envolver composições específicas e padronizada para utilização como EPI na aviação, sua divisão poderá trazer prejuízo para o conjunto tanto no aspecto técnico como no visual;

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. justificativa conforme elencado no item 1 do ETP 14341376;

2.2. As especificações técnicas dos itens a serem adquiridos estão dispostas no ANEXO I deste TR, levando em consideração o nível de periculosidade das funções desempenhadas pela tropa, o conforto dos policiais, ambiente do local de trabalho, temperatura do ambiente, nível de sujidade, umidade e funcionalidade, ratificado pelas características abaixo:

a) *Para o tecido*: durabilidade, secagem, dissipação do calor, leveza e maleabilidade, camuflagem eficiente, tingimento adequado, manutenção da integridade física do combatente, baixa assinatura térmica, proteção contra insetos e secagem rápida, resistência às chamas;

b) *Para o Design*: uniformização e melhor apresentação da tropa, maior praticidade no acesso a bolsos e fechamento do uniforme e requisitos operacionais.

2.3. Em relação ao agrupamento de alguns itens do objeto, esclarece-se que os grupos 01 e 02 foram formados devido aos itens agrupados tratarem de um conjunto de uniformes operacionais com o mesmo tecido, textura, cor, costuras, acabamentos e padronização, o que impossibilita a harmonia e padronização do conjunto caso seja fornecido por licitantes distintos.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição técnica detalhada dos itens, encontra-se pormenorizada no ANEXO I deste Termo de Referência.

## 4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os itens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do inciso II, c), do art. 3º, do Decreto 10.024/2019.

## 5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de no máximo 120 (cento e vinte) dias, contados da emissão de Nota de Empenho, em remessa única, no seguinte endereço: **Coordenação de Aviação Operacional – CAOP/DIREX/PF**, sito ao Aeroporto Internacional de Brasília - Setor de Hangares- nº 13/14 – Brasília/DF CEP 71.608-90. O horário de entrega se dará das 8h00min às 17h00min, em dias úteis, de segunda a sexta, mediante prévio agendamento através do telefone (61) 2024-9549/9540.

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.4.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.5. *Quando do recebimento a CONTRATADA deverá apresentar os laudos técnicos constantes nas especificações de cada item, quando for o caso.*

5.6. *Os materiais deverão estar acondicionados preferencialmente em embalagens individuais recicláveis, biodegradáveis e lacrados de forma a ficarem protegidos da ação da luz, poeira, umidade, assim como constar referência/etiqueta com as especificações técnicas do produto, tamanho e marca conforme proposta apresentada.*

5.7. Para evitar diversos problemas constatados em outros órgãos e até mesmo em compras anteriores realizadas pela Polícia Federal, antes da escolha dos tamanhos, a contratada enviará no mínimo 5 (cinco) unidades em tamanhos diferentes (conforme a marca ou fabricação adotada), após acordado com o fiscal do contrato, para servir de molde para escolha dos tamanhos e análise dos requisitos técnicos pela CAOP, que será repassada à contratada a quantidade necessária de cada peça com os respectivos tamanhos; endereço de envio: Aeroporto Internacional de Brasília - Setor de Hangares- nº 13/14 – Brasília/DF, CEP 71.608-90. O horário de entrega se dará das 8h00min às 17h00min, em dias úteis, de segunda a sexta, mediante prévio agendamento através do telefone (61) 2024-9549/9540

5.7.1. As unidades enviadas como moldes deverão ser iguais às unidades dos pedidos posteriores e poderão ser descontados do total a ser entregue, com exceção de uma unidade que poderá ser submetida a testes e sofrer deformação;

5.7.2. Tanto em relação ao quantitativo apresentado para servir de molde, quanto o quantitativo requerido, ao serem entregues deverão ser acompanhados de certificação/laudo, que comprove a conformidade com as especificações técnicas com apresentação em *original ou cópias autenticadas em cartório, de certificado(s) de Ensaio em Laboratório de Análises ou Documento de igual valor emitido por entidade nacional (Laboratório reconhecido e credenciado pelo Inmetro, para análise dos ensaios exigidos ou Certificado de laudos das Forças Armadas Brasileiras) ou por entidade internacional equiparada que deverão ser reconhecidos por órgão certificador acreditado, signatário de acordo multilateral de reconhecimento estabelecido pela IAF, IAAC, EA ou ILAC e neste caso, devidamente reconhecido em seu país de origem, autenticados por via consular, se aplicável, com tradução juramentada e registrado em cartório de registro de títulos e documentos (RTD), conforme exigem o artigo 129, § 6º e o artigo 148 ambos da lei nº. 6.015/73, referente ao bem de origem internacional, que ateste as características exigidas para este tipo de bem e/ou Certificado de Aprovação de Equipamentos de Proteção Individual (CAEPI) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), se aplicável, em original ou cópia autenticada em cartório, com o objetivo de analisar a conformidade do material ofertado com o exigido neste Termo de Referência. No caso de CA, o escopo de ensaios para a emissão do CA deverá contemplar no mínimo os ensaios e normas exigidos no Anexo I- A - Termo de Referência ou equivalente.*

5.8. *Todos os itens deverão ter garantia, mínima de 12 (doze) meses do fabricante, nos termos do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, o qual se inicia a partir do recebimento definitivo que poderá ser por meio de documentos próprios ou anotação impressa ou carimbada na respectiva Nota Fiscal; Qualquer peça que, nesse período, apresente defeito decorrente da fabricação ou do material utilizado, deverá ser repostado, sem custo para a contratante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da comunicação e análise do ocorrido.*

## 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 7. OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.1.7. Na entrega do produto apresentar certificação de que o CONJUNTO (peça devidamente finalizada, com zíper, velcro, botões, costuras... pronta para o uso), após testes em laboratório credenciado conforme especificado no anexo I para o item, se for o caso.

7.1.8. *Apresentar atestado(s) de capacidade técnico operacional fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante realizado ou estar realizando o fornecimento dos materiais, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste termo de referência, que represente no mínimo 30% (trinta por cento) da quantidade total requerida.*

7.1.8.1. A licitante vencedora poderá apresentar mais de um atestado de capacidade técnica de forma ao somatório total atingir o percentual exigido;

7.1.8.2. A exigência de atestado no percentual descrito tem a finalidade de limitar o mínimo possível a participação de licitantes interessados, sem deixar de buscar uma garantia mínima da contratada conseguir atender a demanda solicitada, uma vez que já foi dispensada a garantia contratual;

## 8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos,

determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$ , assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6/100)/365$

$I = 0,00016438$

$TX = \text{Percentual de taxa anual} = 6\%$

## 12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

## 13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

13.1.1. *Os itens serão entregues em quantidades definidas pela administração, em remessas únicas, conforme os pedidos estabelecidos, sendo o pagamento realizado após a conferência de conformidade e recebimento definitivo não oferecendo risco à administração, além da dificuldade de empresas estrangeiras prestarem garantia no Brasil, o que pode afastar a intenção de potenciais fornecedores.*

## 14. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

14.1. *O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, conforme preconizado no Código de Defesa do Consumidor, de modo a permitir a verificação dos requisitos técnicos com o uso.*

14.2. *Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.*

## 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.5. cometer fraude fiscal;

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 15.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 15.2.2. multa moratória de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 15.2.3. multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 15.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 15.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos
- 15.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
  - 15.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência;
- 15.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e 15.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 16. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

16.1. *Visando à efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, serão exigidos os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, quando da aquisição de bens:*

16.1.1. *que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;*

16.1.2. *que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e*

16.1.3. *que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil-polibromados, éteres difenil-polibromados.*

16.2. *A comprovação do disposto no subitem anterior e seus incisos poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.*

16.3. *Todo o material será adquirido considerando a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, art. 5º I, II, III e § 1º, exceto aquele em que não se aplica a referida instrução.*

## 17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

17.1. O custo estimado da aquisição na Ata de Registro de Preços apenas para a CAOP é de R\$ 4.530.522,95 (quatro milhões, quinhentos e trinta mil quinhentos e vinte e dois reais e noventa e cinco centavos) e o custo TOTAL com os demais Órgãos integrantes será de R\$ 11.433.711,95 (onze milhões, quatrocentos e trinta e três mil setecentos e onze reais e noventa e cinco centavos) .

## 18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



18.1. Os recursos orçamentários serão os legalmente indicados pela Coordenação de Administração, conforme o custo estimado apresentado.

Brasília-DF, 06 de maio de 2021.

**CARLOS CAMPOS CAMARGO**

Agente de Polícia Federal  
Matrícula 18.793

Aprovo o presente Termo de Referência:

**JACKSON RIMAC ROSALES ALLANIC**

Delegado de Polícia Federal  
Coordenador de Aviação Operacional

**APROVAÇÃO:** Aprovo o presente Termo de Referência por constatar que sua concretização observou critérios que norteiam a Administração Pública. Constatam, plenamente justificados a necessidade da contratação, a delimitação de seu objeto, aspectos técnicos fundamentais à sua consecução, obrigações das partes envolvidas, bem como estimativa de custos da contratação com as respectivas justificativas.

**CAIRO COSTA DUARTE**

Delegado de Polícia Federal  
Diretor Executivo



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS CAMPOS CAMARGO, Agente de Polícia Federal**, em 06/05/2021, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JACKSON RIMAC ROSALES ALLANIC, Coordenador(a)**, em 06/05/2021, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CAIRO COSTA DUARTE, Diretor Executivo**, em 07/05/2021, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **18654404** e o código CRC **0C49DB97**.